



# JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX\_MÊS VIII\_SEMANA XXXV

## ATOS DO PODER EXECUTIVO:

### LEI MUNICIPAL Nº 764/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES DIRETAMENTE RELACIONADAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IGARACY-PB, NO EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder bonificação, em parcela única, aos profissionais da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Igaracy/PB que estejam em efetivo exercício de suas funções diretamente relacionadas ao atendimento, acompanhamento, ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - A bonificação de que trata esta Lei será concedida no exercício financeiro de 2026, em parcela única, em período a ser definido pelo Poder Executivo Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º - A bonificação terá caráter excepcional, eventual e transitório, sendo concedida exclusivamente nas condições e para o período estabelecidos nesta Lei.

§ 3º - O pagamento da bonificação não gera direito à sua percepção em exercícios posteriores, ficando sua eventual concessão futura condicionada à edição de legislação específica.

§ 4º - A concessão da bonificação de que trata esta Lei tem por finalidade incentivar o aprimoramento pedagógico contínuo, a assiduidade e a elevação dos padrões de qualidade do ensino público municipal, em consonância com as metas de desenvolvimento educacional do Município de Igaracy.

#### CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 2º - Poderão ser beneficiários da bonificação prevista nesta Lei os profissionais da educação básica em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Igaracy/PB que exerçam funções diretamente relacionadas aos alunos e que atendam aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º - Para os fins desta Lei, poderão ser beneficiários, desde que atendidos os requisitos legais e os critérios estabelecidos nesta Lei:

I - professores;

II - gestores escolares;

III - coordenadores pedagógicos;

IV - profissionais responsáveis por atividades de acompanhamento, orientação e suporte pedagógico diretamente relacionados ao processo de ensino e aprendizagem;

V - demais profissionais da educação básica que estejam em efetivo exercício de funções diretamente relacionadas aos alunos, desde que legalmente enquadrados como profissionais da educação básica e observadas as normas aplicáveis aos recursos utilizados para o custeio da bonificação.

§ 2º - Para fins de concessão da bonificação, será considerado o efetivo exercício das atribuições na Rede Municipal de Ensino, conforme registros funcionais e comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO III DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA BONIFICAÇÃO

Art. 3º - Constitui requisito obrigatório para percepção da bonificação a participação do profissional em percentual igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das capacitações, formações, programas e demais atividades de aperfeiçoamento profissional promovidos, coordenados ou oficialmente reconhecidos pela Secretaria Municipal de Educação durante o período estabelecido para avaliação.

§ 1º - A participação será aferida mediante listas de presenças, registros eletrônicos, certificados, relatórios ou outros instrumentos oficiais adotados pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Para efeito do cálculo do percentual previsto no caput, serão consideradas exclusivamente as atividades de capacitação, formação ou aperfeiçoamento profissional oficialmente indicadas pela Secretaria Municipal de Educação como integrantes dos critérios para concessão da bonificação.

§ 3º - As situações excepcionais de afastamento legal, licença regularmente concedida ou impossibilidade comprovada de participação serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios objetivos e regulamentação específica.

§ 4º - O profissional que não atingir o percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação nas capacitações e formações promovidas ou reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação decairá, de pleno direito, do direito ao recebimento da bonificação, independentemente do preenchimento dos demais requisitos.

#### CAPÍTULO IV DO VALOR E DA FORMA DE CÁLCULO

Art. 4º - O valor individual da bonificação corresponderá a 33% (Trinta e Três por cento) do vencimento fixo mensal do cargo ou função exercida pelo beneficiário, considerado para efeito de cálculo o valor vigente no mês definido pelo Poder Executivo Municipal para pagamento da bonificação.

§ 1º - Para os fins desta Lei, entende-se por vencimento fixo o valor básico mensal correspondente ao cargo ou emprego exercido pelo beneficiário, excluídas gratificações, adicionais, vantagens pessoais, indenizações, funções gratificadas e quaisquer outras parcelas de natureza variável ou eventual.

§ 2º - A bonificação será paga em parcela única, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 3º - O profissional que não atingir o percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação previsto no art. 3º desta Lei não fará jus à bonificação.

§ 4º - O pagamento da bonificação ficará condicionado ao atendimento dos requisitos legais, orçamentários, financeiros e fiscais aplicáveis.

Art. 5º - A bonificação de que trata esta Lei possui natureza estritamente indenizatória, eventual e transitória, vinculada exclusivamente ao exercício de 2026.

Parágrafo único - O valor pago a título de bonificação:

I - Não se incorpora, sob nenhuma hipótese ou pretexto, ao vencimento básico, remuneração, subsídio ou proventos de aposentadoria e pensão dos servidores;

II - Não constitui base de cálculo para a incidência de contribuição previdenciária em favor do regime próprio de previdência social ou do regime geral;

III - Não gera direito adquirido para exercícios posteriores;

IV - Não serve de base de cálculo para adicionais temporais, gratificações, horas extras, férias ou décimo terceiro salário.

#### CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão custeadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, observadas as normas constitucionais e legais aplicáveis à utilização dos recursos do Fundo.

§ 1º - A concessão da bonificação somente poderá alcançar os profissionais cuja remuneração possa ser custeada com recursos do FUNDEB, observadas as disposições da legislação federal vigente.

§ 2º - O pagamento da bonificação será computado na aplicação dos recursos do FUNDEB, conforme sua natureza e o enquadramento legal dos beneficiários, observados os percentuais mínimos e demais limites estabelecidos na legislação vigente.

§ 3º - O pagamento ficará condicionado à prévia comprovação:

I - da existência de disponibilidade orçamentária e financeira;

II - da compatibilidade da despesa com o planejamento e a execução orçamentária do Município;

III - da observância das normas relativas à aplicação dos recursos do FUNDEB;

IV - do cumprimento dos limites e exigências estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

V - da existência de relatório ou parecer técnico emitido pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, do setor de Contabilidade e do setor responsável pela gestão financeira do Município.

#### CAPÍTULO VI DAS VEDAÇÕES

Art. 7º - Não farão jus ao recebimento da bonificação os servidores e profissionais que, durante o período avaliativo de 2026:

I - Encontrarem-se em licença para tratar de interesses particulares ou licença por motivo de afastamento de cônjuge;

II - Estiverem cedidos, permutados ou à disposição de órgãos estranhos à Secretaria Municipal de Educação de Igaracy;

III - Estiverem no exercício de mandato eletivo ou mandato classista;

IV - Estiverem em cumprimento de suspensão disciplinar decorrente de processo administrativo regular.

#### CAPÍTULO VII DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que couber, mediante Decreto, especialmente para:

I - definir os programas, capacitações e formações que serão consideradas para fins de aferição do percentual mínimo de participação;

II - estabelecer os procedimentos para controle e comprovação da frequência;

III - disciplinar as situações de afastamento legal;

IV - definir a documentação necessária para habilitação ao recebimento da bonificação;

V - estabelecer os procedimentos administrativos para apuração dos beneficiários e processamento do pagamento.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - A bonificação prevista nesta Lei possui caráter específico, excepcional e vinculado ao exercício de 2026, não constituindo direito adquirido à sua repetição em exercícios posteriores.

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo Municipal editará os atos regulamentares e complementares necessários à fiel execução desta Lei, inclusive para fixação do cronograma de avaliação, publicação da lista preliminar de habilitados e prazo recursal administrativo.

Art. 11 - O Poder Executivo Municipal adotará as providências orçamentárias, financeiras e administrativas necessárias à execução desta Lei, observada a legislação vigente.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Igaracy, 28 de agosto de 2026.

Ednailton Sabino da Silva  
Prefeito Municipal

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.  
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:  
Damião Bozzano da Silva





# JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX\_MÊS VIII\_SEMANA XXXV

## DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2026

**REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 764/2026, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES DIRETAMENTE RELACIONADAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IGARACY-PB, NO EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 764/2026.

### DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a concessão da bonificação prevista na Lei Municipal nº 764/2026 aos profissionais da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Igaracy-PB, referente ao exercício financeiro de 2026.

**Art. 2º** A bonificação será concedida em parcela única, observados os requisitos, critérios e condições estabelecidos na Lei Municipal nº 764/2026 e neste Decreto.

**Art. 3º** A concessão da bonificação ficará condicionada:

I – Ao efetivo exercício das funções na Rede Municipal de Ensino, diretamente relacionadas aos alunos;

II – Ao cumprimento do percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação nas capacitações, formações, programas e demais atividades de aperfeiçoamento profissional consideradas pela Secretaria Municipal de Educação;

III – À inexistência das situações impeditivas previstas na Lei Municipal nº 764/2026;

IV – À disponibilidade orçamentária e financeira;

V – Ao cumprimento das normas legais relativas à utilização dos recursos do FUNDEB e à responsabilidade fiscal.

#### CAPÍTULO II

##### DOS BENEFICIÁRIOS

**Art. 4º** Poderão receber a bonificação os profissionais da educação básica que estejam em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Igaracy-PB e exerçam funções diretamente relacionadas aos alunos, observados os requisitos legais.

**Parágrafo único.** Poderão ser abrangidos, entre outros profissionais legalmente enquadrados como profissionais da educação básica:

I – professores;

II – gestores escolares;

III – coordenadores pedagógicos;

IV – profissionais responsáveis por atividades de acompanhamento, orientação e suporte pedagógico diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem;

V – outros profissionais da educação básica que atendam aos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 764/2026.

**Art. 5º** Para fins de comprovação do efetivo exercício serão considerados os registros funcionais mantidos pelo Município e as informações oficialmente encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO III

##### DA APURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS FORMAÇÕES

**Art. 6º** Para fins de concessão da bonificação, serão consideradas as capacitações, formações, programas e demais atividades de aperfeiçoamento profissional promovidos, coordenados ou oficialmente reconhecidos pela Secretaria Municipal de Educação durante o período de avaliação.

**§ 1º** A Secretaria Municipal de Educação deverá divulgar aos profissionais, sempre que possível previamente, quais atividades serão consideradas para fins de apuração do percentual de participação.

**§ 2º** Somente serão computadas as atividades oficialmente reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 7º** A frequência será comprovada mediante:

I – listas de presença físicas ou eletrônicas;

II – Registros de participação em sistemas oficiais;

III – Certificados;

IV – Relatórios de participação;

V – Outros documentos ou mecanismos oficiais de controle adotados pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 8º** O percentual de participação será calculado considerando-se o número de atividades oficialmente computáveis para o período de avaliação e o número de atividades das quais o profissional efetivamente participou.

**Parágrafo único.** O profissional deverá atingir percentual igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) para ser considerado habilitado quanto a este requisito.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS AFASTAMENTOS E SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

**Art. 9º** As situações de afastamento legal, licença regularmente concedida ou impossibilidade comprovada de participação nas atividades poderão ser analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**§ 1º** O profissional deverá apresentar a documentação comprobatória da situação excepcional no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Educação analisará cada situação com base em critérios objetivos, considerando a legislação aplicável e os registros funcionais do servidor.

**Art. 10.** Não farão jus à bonificação os profissionais que, durante o período avaliativo, se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei Municipal nº 764/2026, especialmente:

I – Licença para tratar de interesses particulares ou licença por motivo de afastamento de cônjuge;

II – Cessão, permuta ou disposição para órgão estranho à Secretaria Municipal de Educação de Igaracy;

III – Exercício de mandato eletivo ou mandato classista;

IV – Cumprimento de suspensão disciplinar decorrente de processo administrativo regular.

#### CAPÍTULO V

##### DO VALOR DA BONIFICAÇÃO

**Art. 11.** O valor individual da bonificação corresponderá a 33% (trinta e três por cento) do vencimento fixo mensal do cargo ou função exercida pelo beneficiário, considerando-se o valor vigente no mês definido pelo Poder Executivo para o pagamento.

**§ 1º** Para fins deste Decreto, considera-se vencimento fixo o valor básico mensal correspondente ao cargo ou emprego exercido pelo beneficiário.

**§ 2º** Não integrarão a base de cálculo da bonificação gratificações, adicionais, vantagens pessoais, indenizações, funções gratificadas ou quaisquer outras parcelas de natureza variável ou eventual.

**§ 3º** A bonificação será paga em parcela única.

**Art. 12.** O profissional que não cumprir o requisito mínimo de participação de 75% (setenta e cinco por cento), ressalvadas as situações excepcionais regularmente reconhecidas, não fará jus à bonificação.

#### CAPÍTULO VI

##### DA NATUREZA DA BONIFICAÇÃO

**Art. 13.** A bonificação possui caráter excepcional, eventual e transitório, vinculada exclusivamente ao exercício financeiro de 2026.

**Art. 14.** A bonificação:

I – Não se incorpora ao vencimento básico, remuneração, subsídio ou proventos de aposentadoria e pensão;

II – Não gera direito à percepção em exercícios posteriores;

III – Não constitui base de cálculo para adicionais temporais, gratificações, horas extras, férias ou décimo terceiro salário;

IV – Observará o tratamento previdenciário e tributário aplicável conforme a legislação vigente.

#### CAPÍTULO VII

## EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.  
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:  
Damião Bozzano da Silva





# JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 28 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX\_MÊS VIII\_SEMANA XXXV

## DOS RECURSOS DO FUNDEB E DA RESPONSABILIDADE FISCAL

**Art. 15.** O pagamento da bonificação será realizado com recursos legalmente aptos do FUNDEB, observadas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

**Art. 16.** Antes do processamento do pagamento, deverão ser realizadas as verificações necessárias quanto:

I – À disponibilidade orçamentária e financeira;

II – À compatibilidade da despesa com o planejamento e a execução orçamentária;

III – À possibilidade legal de utilização dos recursos do FUNDEB;

IV – Ao cumprimento das disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

V – Aos demais limites, requisitos e condições estabelecidos pela legislação vigente.

**Art. 17.** O pagamento ficará condicionado à existência de relatório ou parecer técnico dos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, Contabilidade e Gestão Financeira do Município.

## CAPÍTULO VIII

### DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 18.** Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – Definir as capacitações, formações e atividades que serão consideradas para fins de apuração;

II – Manter os registros de participação;

III – Realizar a apuração do percentual de frequência;

IV – Analisar as situações excepcionais previstas na Lei;

V – Analisar os recursos administrativos;

VI – Encaminhar ao setor competente a relação definitiva para processamento do pagamento.

**Art. 19.** Compete ao setor de Recursos Humanos fornecer as informações funcionais necessárias à apuração dos beneficiários.

**Art. 20.** Compete ao setor de Contabilidade e ao setor responsável pela gestão financeira realizar as verificações relativas à disponibilidade orçamentária, financeira e à regularidade da despesa.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21.** Os órgãos e setores da Administração Municipal deverão fornecer à Secretaria Municipal de Educação as informações necessárias à correta execução deste Decreto.

**Art. 22.** A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações e atos complementares necessários à execução dos procedimentos previstos neste Decreto, desde que não contrariem a Lei Municipal nº 764/2026.

**Art. 23.** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 764/2026 e da legislação aplicável.

**Art. 24.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Igaracy - PB, 28 de agosto de 2026.

Dê ciência,

Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA  
Prefeito Constitucional

Em branco

Em branco

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.  
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:  
Damião Bozzano da Silva

